



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS  
CAMPUS DE ARAGUAÍNA**

**LABORATÓRIO DE LÍNGUAS INDÍGENAS – LALI – CAMPUS DE ARAGUAINA**

**COORDENADOR: Dr. FRANCISCO EDVIGES ALBUQUERQUE**

**ARAGUAÍNA, MARÇO DE 2005.**

## SUMÁRIO

I. Identificação .....	03
II. Introdução.....	03
III. Justificativa.....	07
IV. Objetivos.....	10
a) Geral.....	10
b) Específicos.....	11
V. Público Alvo.....	12
VI. Estrutura e Funcionamento.....	12
VII. Recursos Físicos Necessários.....	13
VIII. Corpo Técnico –Administrativo.....	13
IX. Divulgação.....	13
X. Declaração do Convênio FUNAI-ADR-Araguaína.....	13
XI. Resultados Esperados.....	14

## **I. IDENTIFICAÇÃO**

**1.1. DENOMINAÇÃO:** LABORATÓRIO DE LÍNGUAS INDÍGENAS DO CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ARAGUAÍNA

**1.2. ÁREA:** Lingüística, Letras e Artes

**1.3. NATUREZA:** Laboratório de Pesquisa e Documentação dos aspectos da Cultura e Línguas Indígenas.

**1.4 UNIDADES RESPONSÁVEIS:**

1.4.1 Pró-Reitoria de Pesquisa - UFT

1.4.2 Pró-Reitoria de Extensão - UFT

1.4.3 Colegiado de Letras do Campus de Araguaína

1.4.4 NEPPI – NÚCELO DE ESTUDO E PESQUISAS COM POVOS INDÍGENAS

**1.5. COORDENAÇÃO GERAL:** Prof. Dr. Francisco Edviges Albuquerque

**1.6. COORDENAÇÃO DE APOIO:**

1.6.1 Colegiado de Letras, Geografia, História e Matemática e Sistema de Cooperativismo do Campus de Araguaína

1.6.2 . Coordenação do NEPPI

**1.6.3.FUNAI-**Coordenação Regional/FUNAI/Palmas/Araguaína/Itacajá/Tocantinópolis e do NPPDS/FUNAI/ Palmas

**1.6.4. SEDUC-TO** – Coordenação de Educação Indígena

## **II. INTRODUÇÃO**

Em nosso País várias línguas faladas foram trazidas depois que os portugueses já estavam aqui. Além dessas línguas, temos as indígenas que já eram faladas no Brasil quando os europeus chegaram. Para Teixeira (1995), elas eram mais ou menos 1.300; hoje são 180. Apesar do violento processo de destruição por que passaram, ainda hoje há grupos inteiros que só falam a língua indígena. Há outros que já perderam sua língua e só falam

português. Segundo Lyons (1987, p. 25), são reconhecidas como línguas oficiais aquelas que são designadas pelo governo para uso oficial.

Contudo, isso não quer dizer que a população desses países seja de fato monolíngüe ou plurilíngüe. O fato de uma nação ser oficialmente multilíngüe não indica, muitas vezes, uma grande proporção de pessoas multilíngües, conforme afirma Grosjean (1982, p. 05): “muitos dos países chamados monolíngües possuem uma grande porcentagem de falantes que usam duas ou mais línguas de forma regular, enquanto que em muitos países multilíngües possuem pouco mais de alguns bilíngües.”

De acordo com Rodrigues (1988.106), no Brasil cerca de 180 línguas nativas são faladas regularmente, além do português, por milhares de indivíduos bilíngües ou multilíngües que vivem nas comunidades indígenas. Para o autor (idem), existem muitas comunidades que são essencialmente monolíngües em língua materna; outras, embora essencialmente monolíngües contam com pessoas que falam também o português ou outra língua. Outras comunidades, ainda, têm um número maior de pessoas que falam também o português e se aproxima de uma situação que pode se caracterizar como bilingüismo.

Segundo Braggio (1998), a situação de contato entre diferentes línguas está dando origem ao bilingüismo e, muitas vezes, ao multilingüismo. Para a autora (idem) é a partir desse contato conflituoso que muitas línguas indígenas deixaram de existir, dando lugar a uma situação de monolingüismo em língua portuguesa, aqueles grupos para cujo impacto o contato foi mais devastador. Além de grupos monolíngües e multilíngües, as sociedades indígenas podem ser caracterizadas em bilíngües de vários tipos. Isso significa que os indígenas estão adquirindo e usando a língua portuguesa, além de suas línguas nativas. A forma como se dá a aquisição e uso das línguas, por serem diferenciados, implica em diferentes situações sociolingüísticas, as quais, por sua vez, indicam “mudança e perda” da língua nativa ou sua “manutenção”.

Segundo Hamel (1988. 49), “existe nas comunidades indígenas a consciência de que as formas tradicionais de comunicação adquiridas historicamente já não satisfazem mais ao conjunto de necessidades comunicativas as quais eles enfrentam como grupo e como indivíduo. Os padrões tradicionais dificultam o desenvolvimento socioeconômico e entram em contradições com as atividades econômicas e lingüísticas, que os membros das comunidades desempenham para satisfazer suas necessidades de comunicação.” Para o

autor (idem. 50), “existe uma forte pressão baseada em sanções socioeconômicas, políticas e culturais para que os indígenas desenvolvam um domínio suficiente da língua nacional. Para Hamel (idem) “este processo é bastante complexo, contraditório e confuso. As novas experiências vinculadas à língua majoritária entram em conflito com os conhecimentos das comunidades; de fato, os falantes as abordam em primeira instância, a partir de suas experiências locais, o que causa as conhecidas contradições e dificuldades para atuar adequada e legitimamente em ambos os contextos.”

De acordo com Meliá ( 1988. 116 ), “a noção de diglossia ao ser utilizada nas análises de línguas em contato tem a vantagem de não ocultar, como tem feito a noção de bilingüismo, a realidade dos conflitos lingüísticos e o poder de dominação que usualmente uma língua exerce sobre a outra. Esse tipo de aproximação é especialmente útil quando as duas línguas entram em conflito numa sociedade através do processo sociohistórico; o bilingüismo nestes casos negaria a realidade do processo sociocultural, ao estabelecer na língua uma certa reciprocidade que de nenhum modo se dava na comunidade.”

A língua e a cultura da sociedade majoritária estão presentes, de diversas formas, em todos os espaços dos grupos minoritários, mesmo naqueles onde predomina a língua indígena. Deste modo, segundo Hamel (1988.49), é quase impossível conceber a existência de comunidade em que se possa preservar o monolingüismo em língua indígena. Para este autor, menos viável parece a idéia de garantir aos falantes de língua indígena determinados serviços em sua língua, independente do lugar onde eles se encontram. Segundo Hamel (idem), se a correlação de força e o processo histórico não permitem pensar na aplicação plena de uma política lingüística que proporcione aos falantes o monolingüismo individual ou grupal, temos que aceitar a idéia de que todos os sistemas apresentam em menor ou maior escala as características de um bilingüismo social, ou seja, a coexistência das duas línguas nos mesmos domínios socioculturais. Portanto, é sob a égide da sociolingüística que o bilingüismo começa a ser visto como um fenômeno social, ou seja, dentro de seu contexto sociocultural e não somente como condição do indivíduo.

Entretanto, acreditamos ser praticamente impossível separar o bilingüismo individual do bilingüismo social, principalmente no que se refere ao comportamento do bilingüe. Não podemos, pois, dissociar o indivíduo do grupo, uma vez que o homem é um ser social que não sofre apenas a ação do seu meio, mas que também interage com ele para transformá-lo,

conforme a sua concepção de mundo. A ligação entre o bilingüismo na sociedade e o individual é evidente quando levamos em consideração os motivos que levam o indivíduo a um comportamento bilíngüe. O nosso propósito, ao apresentar algumas situações de bilingüismo no mundo, a seguir, é tentar compreender a interrelação língua-sociedade, como também os motivos pelos quais uma comunidade ou indivíduo é levado a manter ou perder sua língua nativa, passando de monolíngüe a bilíngüe e vice-versa.

Como as sociedades são dinâmicas e diferentes são os níveis e tipos de contatos estabelecidos entre índios e não-índios, faz-se necessário analisar os problemas que advêm desses contatos, para que possamos definir um tipo lingüístico de educação para as comunidades indígenas, com implicação de mudança ou manutenção do estado lingüístico.

Com base nesses pressupostos, o LALI tem como meta maior contribuir com os estudos sobre as línguas indígenas brasileiras, sobretudo, com a educação escolar Indígena do Estado do Tocantins, bem como apoiar os estudantes indígenas, que ingressam na UFT, através do sistema de cota, alunos de graduação, monitores, bolsistas e alunos de Pós-Graduação de Mestrado e Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Letras: Ensino de Língua e Literatura (PPGL), Ensino de Língua e Literatura do Campus Universitário de Araguaína. Para isso, procuramos, em princípio, conceituar Etnolingüística, numa perspectiva etnográfica, antropológica e sociológica, para caracterizar melhor o papel do Laboratório de Línguas Indígenas do Campus Universitário de Araguaína.

Em termo mais amplo, a Etnolingüística é o estudo da língua enquanto expressão de uma dada cultura em referência a um povo. Partindo dessa premissa, segundo Dubois (et.all, 1998), para a especialização desses termos, constata-se a mesma tendência que a propósito de etnologia e da sociologia. Por um desligamento de sentido, que é compreendido na medida em que o estudo completo da situação de comunicação é difícil nas sociedades modernas, a etnolingüística acabou por limitar-se essencialmente às sociedades chamadas “primitivas”.

Para esse autor (idem), a Etnolingüística ocupa-se igualmente dos problemas da comunicação entre povos de línguas diferentes ou da utilização, por um povo dominado, de duas ou mais línguas (plurilingüismo). De modo geral etnolingüística das estruturas lingüísticas e das estruturas sociais.

De acordo com Warnier (1997:27), a partir dos conceitos de sociedade e civilização, estamos capacitados para aprender os contornos da etno-antropologia. Esta procede de uma tradição erudita, que interessa de maneira privilegiada pelos fatos cultura ou civilização, pela sua diversidade, e pelas sociedades, grupos ou organizações que são os suportes daqueles fatos. Assim, para o autor (idem), a humanidade fabrica a cultura e a diferença. As tradições são reinventadas. Os fatos de civilização em sua diversidade estão onipresentes nas sociedades contemporâneas, são irredutíveis como outrora. O trabalho de reflexão realizado pela pesquisa antropológica é necessário tanto para análise da sociedade de hoje como para a do passado.

Portanto, com base nessa premissa, bem como, na tentativa de implantação do LALI do Campus Universitário de Araguaína, em 11/02/2005, houve uma reunião, na sala do Setor de Educação da FUNAI/Araguaína, com professor Francisco Edvigés Albuquerque/UFT e com o Administrador Regional da FUNAI/ADR-Araguaína, João Batista Santos Filho e Corina Maria Rodrigues Silva, chefe do Setor de Educação/FUNAI-ADR-Araguaína, com a finalidade de firmar convênio de parceria entre FUNAI/Araguaína e Campus Universitário de Araguaína/UFT, para criação do LALI no referido Campus, através de doação de parte do acervo bibliográfico da FUNAI/ADR/Araguaína.

Este convênio se deve ao fato de a FUNAI não dispor de local adequado, naquela época, para pesquisa, uma vez que a procura era muito grande. Assim, a criação do LALI trouxe uma significativa contribuição para os professores pesquisadores, alunos indígenas, que ingressaram na UFT, através do sistema de cota, bem como os pesquisadores de outros cursos ou Universidades, bem como as pesquisas das línguas de contatos do Estado do Tocantins, especialmente para os professores e alunos da UFT que atuam nessas áreas de pesquisas.

### **III. JUSTIFICATIVA**

Partindo desses pressupostos, o LALI também visa a contribuir para o conteúdo programático dos aspectos históricos e culturais nas escolas das redes pública e privada do estado do Tocantins. Isso porque a Lei 11.645 de 10 de Março de 2008 que altera a LDB 9394/96 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, modificada pela Lei Nº 10.639 de 9 de janeiro de 2003, para incluir no currículo oficial da rede de ensino, a

obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, públicos e privados. O Art. 26 § 2º da referida Lei afirma que “os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística, de literatura e história brasileiras”.

Portanto a criação e implantação do LALI ainda se justifica pela significativa contribuição que trará para as pesquisas com os povos os indígenas, brasileiros, especialmente do Tocantins, visto que esses povos, ao longo dos anos de contato com a sociedade não indígenas, vêm tentando manter vivas suas línguas, cultura, identidade étnica, e estão em permanente conflito com a situação sociohistórica, cultural, econômica, lingüística, geográfico e política da sociedade envolvente.

Outro fator preponderante para criação do LALI, além do ingresso de alunos indígenas nos diversos cursos da UFT, através do sistema de cotas, também a enorme presença de vários outros povos indígenas vindos de outras regiões do País para o Tocantins, totalizando 287 indígenas, conforme dados da FUNASA/TO/GO (2010), convivendo tanto nas demais cidades do Tocantins como nas aldeias, conforme descreveremos a seguir: **01 Tapuia** na Barra do Rio Verde, no município de Sandolândia, **10 Ava-Canoeiro**, sendo 01(um) em Boto Velho na Lagoa da Confusão e 09(nove) em Canuanã, em Formoso do Araguaia; **29 Fulniô** no município de Tocantinópolis; **41 Tuxa**, sendo 10 em Canuanã, em Formoso do Araguaia, 08 desaldeados em Formoso do Araguaia, 12 em Gurupi e 01 em São João, no Formoso do Araguaia; **08 Apurinã** desaldeados em Gurupi; **132 Atikum** desaldeados em Gurupi; **03 Makuxi** desaldeados em Gurupi; **19 Pankarau** desaldeados em Gurupi; **29 Guarani**, sendo 01 desaldeado em Araguaína, 01 urbano em Santa Fé do Araguaia; 13 na aldeia Kurehe, 06 na aldeia Warilyty, e 08 na aldeia Xambiá, todos na reserva Karajá-Xambioá no município e Santa Fé do Araguaia; **11 Guajajara**, sendo um na aldeia Karajá-Xambioá, em Santa Fé do Araguaia, 07 na aldeia Botica, 03 na aldeia Mariazinha, ambas na reserva Apinayé, no município de Tocantinópolis e **03 Krikati** na aldeia Mariazinha, reserva Apinayé, no município de Tocantinópolis.

Em resumo, queremos ressaltar que levamos em consideração os aspectos históricos, lingüísticos, políticos, culturais e econômicos de cada povo indígena que vive no



Tocantins, além das questões territoriais que envolveram os indígenas nas lutas pela demarcação de suas terras, manutenção da língua e da cultura desses povos ao longo do contato com a sociedade não-indígena, bem como pela implantação dos Territórios Etnicoeducacionais.

Em resumo, acreditamos que LALI, possa auxiliar na compreensão dos processos sócio-culturais, históricos e, sobretudo, contribuir para os estudos e pesquisas linguísticas, históricos e culturais dos povos indígenas do Estado do Tocantins, através do Programa de Pós-Graduação em Letras – PPGL, da Universidade Federal do Tocantins

Quando o LALI foi criado, através de um convênio de parceria entre UFT/FUNAI, o número de alunos indígenas ingressos nos cursos da UFT, ainda era pequeno, mas com um grande expectativa de crescimento, portanto, foi necessário a implantação do convênio, de imediato, no Campus de Araguaína; visto que naquele ano contávamos com oito (08) alunos índios matriculados nos cursos de História, Geografia, Matemática, Zootecnia e Medicina Veterinária e não havia nenhum local de apoio às pesquisas para esses estudantes.

Assim, com base nestes dados, a implantação do projeto teve início em março/2005, provisoriamente na sala dos professores de Letras, com a colaboração dos professores e alunos de todos os cursos do Campus Universitário de Araguaína, especialmente, com a participação dos alunos indígenas e dos professores/alunos envolvidos com pesquisas sócio-históricas, socioculturais, Lingüísticas e em Educação Escolar Indígena.

O LALI, desde sua criação e implantação, está sob coordenação geral do Professor Dr. Francisco Edviges Albuquerque/UFT. Conta, diretamente, com apoio e colaboração dos alunos indígenas e não indígenas matriculados na UFT, bolsistas de graduação, bolsistas do PIBIC, alunos de Mestrado e de Doutorado, bem como alunos de outras Instituições de Ensino Superior.

O LALI funciona nos turnos matutino, vespertino e noturno, com a participação de alunos bolsistas de Observatório da Educação Escolar/CAPES/INEP, bolsistas de graduação, Mestrado e Doutorado, alunos bolsistas de PIBIC, alunos indígenas de bolsa institucional, além disso, as aulas de Sociolinguísticas do Mestrado e Doutorado/ PPGL, são ministradas na sala do LALI.

Desta forma, a implantação LALI se justifica por sua relevância no sentido de atender às necessidades e anseios dos professores/alunos e pesquisadores que estão

envolvidos com as pesquisas com os povos indígenas de modo geral, no sentido de contribuir para que a cultura e as línguas indígenas sejam mantidas, respeitadas e fortalecidas, numa tentativa revitalização, mesmo diante da situação de conflito lingüístico-cultural.

Além disso, o LALI está diretamente ligado às ações do Projeto de Apoio Pedagógico à Educação Escolar Indígena Apinayé/Krahô, Projeto de Revitalização da Língua e da Cultura Krahô-Kanela da Aldeia Lankraré, Núcleo de Estudo e Pesquisa com Povos Indígenas/NEPPI, Grupo de Práticas em Pesquisa com Povos Indígenas do Tocantins: Perspectivas Interdisciplinar e Intercultural e dos Programas do Observatório da Educação Escolar Indígena/CAPES/INEP/SECADI/ Edital 01/2009/ Projeto 014 e do Programa do Observatório da Educação/CAPES/INEP-OBEDUC/ Edital 049/2012/Projeto 11395

#### **IV. OBJETIVOS**

##### **4.1 OBJETIVO GERAL**

O Laboratório de Línguas Indígenas do Campus de Araguaína-LALI, ao longo de sua execução, pretende dar suporte aos projetos de pesquisas em Línguas Indígenas e Educação Escolar Indígena, que estão sendo desenvolvidos em Araguaína e no Tocantins, tendo como objetivo principal fornecer dados que norteiam as pesquisas, dentro da proposta específica de cada Projeto, que é a de atender às pesquisas voltadas para o campo da etnolingüística, sociohistórica, Línguas Indígenas, educação Escolar Indígena, garantindo, assim, o uso e a manutenção da língua e da cultura dos povos indígenas, como prevê a Constituição Federal, no seu artigo 210, assim, pretendemos:

Partindo dessa premissa, os principais objetivos do LALI são proporcionar uma reflexão sobre a situação atual das línguas indígenas e desenvolver estudos e pesquisas, através dos Projetos de Pesquisa e Extensão voltados para as questões que envolvem diretamente os povos indígenas do Tocantins e do Brasil. Considerando os seguintes objetivos específicos:

## 4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Desenvolver parcerias com a MEC, SEDUC-TO, FUNAI, CIMI-TO, SEDUC-TO e UFT, dentre outros órgãos, de modo a favorecer o ensino, a extensão e a pesquisa com os povos indígenas;
- b) Contribuir para a formação de grupo de estudo e pesquisa na área de educação escolar indígena, de base diferenciada, bilíngüe, específica e intercultural;
- c) Permitir o diálogo e troca de experiências entre estudantes indígenas e não indígenas
- d) Desenvolver habilidades educativas na realização de trabalhos e estudos de forma interdisciplinar com os alunos indígenas do sistema de cota, através das Monitorias;
- e) Promover projetos interdisciplinares sobre Educação Escolar Indígena, Matemática/Etnomatemática, História, Geografia, Cultura, Estudos Lingüísticos e Aquisição da Língua Materna, entre outros voltados para as comunidades indígenas;
- f) Desenvolver projetos de pesquisa voltados para a compreensão dos territórios indígenas nos seus aspectos políticos, econômicos e culturais;
- g) Criar projetos de extensão voltados para a educação geográfica\cartográfica, para que os mesmos saibam se localizar e se recolherem como agentes transformadores do espaço no qual estão inseridos, enquanto povos de línguas e culturas diferentes;
- h) Propiciar ciclos de palestras sobre a temática indígena, considerando a área de formação e os projetos de pesquisas dos professores colaboradores e entidades parceiras do NEPPI/UFT,
- i) Realizar Semanas Acadêmicas Indígenas da UFT, Seminários sobre e Encontros Científicos sobre o sistema as pesquisas indígenas desenvolvidas pelo alunos bolsistas de graduação, Mestrado e Doutorado do PPGL;
- j) Contribuir para a reflexão das políticas públicas, voltadas para o Sistema de Cotas da UFT e, para educação escolar indígena de base intercultural, bilíngüe e diferenciada;
- l) Produzir e divulgar trabalhos acadêmicos sobre educação Escolar Indígena e curso de capacitação de professores;
- m) Promover cursos de aperfeiçoamento e capacitação de professores indígenas e não indígenas que atuam nas escolas do estado do Tocantins;

n) Produzir materiais didáticos próprio para os povos indígenas do Tocantins, respeitando as especificidades de cada povo; com a participação efetiva dos professores, acadêmicos indígenas e das comunidades em questão;

O LALLI- estará subordinado diretamente às Coordenações dos Cursos de Graduação do Campus de Araguaína, à Direção, o PPGL, Pró-Reitorias de Pesquisa (PROPESQ), Graduação (PROGRAD), Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários (PROEX) e à de Assuntos Estudantis (PROEST).

## **V. PÚBLICO ALVO**

O Laboratório de Línguas Indígenas tem como público alvo todos os professores pesquisadores de línguas e educação escolar Indígena, alunos de PIBIC. Mestrado e Doutorado do PPGL, bolsista de Graduação do Programa do Observatório da Educação/CAPES/INEP, alunos indígenas e não indígenas bolsistas e pesquisadores interessados na pesquisa e resgate da cultura e das línguas indígenas do Tocantins e brasileiras. Para fazer parte do LALI, o pesquisador deverá desenvolver projetos vinculados à temática indígena e cadastrar-se no do referido Laboratório.

## **VI. ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO**

Conforme relatado ao longo do Projeto, o LALI faz parte de um convênio entre UFT/Campus Universitário de Araguaína e do Departamento de Educação Indígena da FUNAI/ADR-Araguaína, firmado pelas duas instituições, naquela, época.

O LALI funciona no Campus Universitário de Araguaína, com a participação direta dos docentes e discentes da UFT, dos cursos de Letras, História, Matemática e Geografia, Biologia, Química, Física, Gestão em Cooperativismo e os demais cursos que tiverem interesse em pesquisas e pesquisadores vinculados à temática proposta.

O acervo bibliográfico não será disponibilizado para empréstimo e a garantia do acervo no LALI será de inteira responsabilidade dos alunos bolsistas. Atualmente conta com duas salas, cinco computadores, uma impressora, uma câmara digital e uma Filmadora. Todos esses equipamentos estão sobre a responsabilidade da Coordenação do LALI

Os materiais e livros são todos catalogados e arquivados, para que haja uma maior segurança e permanência do acervo bibliográfico e do material disponível no LALI.

## **VII. RECURSOS FÍSICOS NECESSÁRIOS**

7. Sala específica para acomodação do acervo bibliográfico

7.1. Sala para reuniões, atendimento ao bolsista do Programa do Observatório da Educação/CAPES/INEP.

7.2. Estantes, mesas, cadeiras, mesa para reunião, armários, câmera fotográfica, filmadora, computador completo, impressora e acervo bibliográfico das temáticas específicas.

## **VIII. CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO**

8.1 Bolsistas de Graduação, Mestrado e Doutorado do Programa do Observatório da Educação,

8.2 Bolsistas PIBIC;

8.3. Alunos indígenas bolsistas de Programa de Bolsa Permanência;

8.4 Professores indígenas e não indígenas do Curso de Formação de professores SEDUC-TO;

8.5 Pesquisadores da UFT e de outras Instituições de Ensino Superior, através da Pesquisa e Extensão Universitária.

## **IX. DIVULGAÇÃO**

Uma vez implantado o LALI, os integrantes comprometer-se-ão a divulgar os resultados em Congressos, Seminários, bem como através da publicação de artigos em jornais, revistas científica, citando a Instituição e o Centro de Estudos, como referência.

## **X FONTES DE RECURSOS FINANCEIROS**

O LALI buscará captar recursos financeiros para atingir a sua auto-suficiência orçamentária, por meio de órgão fomento e convênios de parcerias com o CAPES, CNPQ, MEC, FUNAI, CIMI-TO, SEDUC/TO, além de outros recursos oriundos de Editais que venham a contemplar as ações e os objetivos do LALI:

O LALI tem como proposta maior considerar o ambiente educacional de diálogo, de reflexão e de interculturalidade, no que se refere às pesquisas para fortalecimentos das políticas linguísticas e educacionais voltadas para os povos indígenas. Partindo desse pressuposto, o Laboratório irá contribuir, também, para o atendimento aos alunos indígenas, que ingressaram na UFT, através do sistema de cota, garantindo, de certa forma, a permanência desses alunos na Universidade e sua trajetória com êxito, enquanto estudantes universitários.

## **XI. RESULTADOS ESPERADOS**

Com a criação do LALI, esperamos poder fortalecer as pesquisas com os povos indígenas, de modo a contribuir para a manutenção, preservação e revitalização das línguas e das manifestações culturais, especialmente com os povos do Tocantins, por meio do ensino, pesquisa e extensão, no sentido de que haja uma maior articulação entre professores, acadêmicos e pesquisadores do PPGL e sociedade envolvente com os alunos indígenas que ingressaram na UFT, via o Sistema de Cotas, bem como uma maior participação dos povos indígenas nas pesquisas desenvolvidas no Campus de Araguaína, visto que a UFT está diretamente voltadas para as políticas de inclusão social e permanência dos alunos indígenas. Desta forma, esperamos alcançar os seguintes resultados:

- i) Formar grupos de estudo e pesquisa na área de Educação Escolar Indígena, na perspectiva Bilíngue e Intercultural;
- ii) Contribuir para a permanência dos alunos indígenas que ingressaram na UFT, via o Sistema de Cota;
- iii) Promover a qualificação profissional dos alunos indígenas, com a participação dos alunos do Programa Institucional de Monitoria Indígena – PIMI, no acompanhamento das atividades dos alunos indígenas do Campus de Araguaína;
- iv) Produzir e disponibilizar trabalhos acadêmicos e materiais tecnológicos e outros recursos didático-pedagógicos para os alunos indígenas e para os profissionais que pesquisam os povos indígenas.

- v) Melhoria da auto-estima dos alunos indígenas que ingressaram na UFT, através do sistema de cotas, bem como do acompanhamento constante dos alunos bolsistas de monitoria;
- vi) Fortalecer o LALI por meio dos projetos dos professores pesquisadores, colaboradores, com o apoio das parcerias estabelecidas entre os órgãos de fomento.